



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS  
CÂMARA MUNICIPAL  
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA - PGEL  
COORDENADORIA LEGISLATIVA – COLEG

---

**OFÍCIO n.º: 187/2025/CML/PGEL/COLEG/vca.**

**ASSUNTO:** Minuta de Parecer n.º 79/2025 do Projeto de Lei do Legislativo n.º 30/2025 – Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final.

**Autoria:** Del. Ana Paula (MDB) e Jaqueline Fráguas (Republicanos).

Lavras, na data de protocolo.

A Sua Senhoria o Senhor

**JOÃO LUIZ REZENDE CARVALHO SILVA**

Relator *ad hoc* da Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final.

Senhor Relator,

Na forma da Lei Complementar n.º 387/2019, apresento, com fulcro em minhas atribuições funcionais, Minuta de Parecer das Comissões, para apreciação e aprovação dos nobres vereadores.

Ressalto que a Minuta de Parecer se reporta, exclusivamente, ao caráter técnico da propositura, fugindo de minha competência e de minha intenção formar qualquer juízo de valor sobre o mérito, atribuição que compete aos ilustres parlamentares. Reitero, ademais, que a **Minuta é meramente opinativa e não vincula a posição dos parlamentares.**

Respeitosamente,

**VÍTOR CAZUMBÁ AZEVEDO**

*Analista Legislativo*

*Dir. Constitucional e Administrativo.*



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS  
CÂMARA MUNICIPAL  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF

**PARECER Nº 79/2025 AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 30/2025.**  
**(Voto do Rel. João da Saúde)**

**INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE LAVRAS, A CAMPANHA PERMANENTE CONTRA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO TRANSPORTE PÚBLICO E TRANSPORTE REMUNERADO PRIVADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS.**

**Autoria:** Del. Ana Paula (MDB) e Jaqueline Fráguas (Republicanos).

**Relator *ad hoc*:** João da Saúde (PSD).

## **I – RELATÓRIO**

Chegou a esta Comissão o Projeto de Lei do Legislativo nº 30/2025, de autoria das vereadoras Del. Ana Paula (MDB) e Jaqueline Fráguas (Republicanos), que estabelece a campanha permanente contra importunação sexual no transporte público e transporte remunerado privado individual de passageiros.

A proposição é acompanhada de justificativa que ressalta a importância da medida para prevenir situações de importunação sexual, promovendo ações educativas e de conscientização, bem como instruindo a população sobre como denunciar essas práticas criminosas.

Nos termos do art. 66, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras (Res. N. 068/2011), a CCJ deve se manifestar sobre constitucionalidade e legalidade de todos os projetos em trâmite na Câmara, salvo previsão legal. Nesse sentido, a competência específica da CCJ como Comissão Permanente está disciplinada nos incisos do art. 67 do mesmo RICML.

Desse modo, deve, primeiro, o projeto ser apresentado à presente Comissão, nos termos regimentais (art. 89 c/c art. 195, §1º, *a*, do RICML), devendo exarar parecer conforme estabelece o art. 91, parágrafo único, II, *a*, do RICML.

O regime de tramitação é o ordinário.

É o relatório.



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF**

---

## **II – DOS FUNDAMENTOS**

A matéria insere-se no âmbito de interesse local e na competência legislativa do Município, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal, sendo legítima a atuação da Câmara Municipal.

O projeto cuida de interesse da coletividade e não versa sobre criação de cargos, funções, aumento de despesa obrigatória ou organização administrativa do Executivo, não havendo vício de iniciativa.

Não se vislumbram violações à Constituição Federal, à Constituição Estadual ou à Lei Orgânica Municipal. A proposição trata de norma geral de interesse público, sem invadir competência privativa do Poder Executivo.

A redação do projeto observa, em linhas gerais, os padrões de técnica legislativa previstos na Lei Complementar nº 95/1998. A norma é clara, concisa e de fácil aplicabilidade.

## **III – DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e REGULAR TRAMITAÇÃO do Projeto de Lei do Legislativo nº 30/2025, devendo seguir sua tramitação regimental para análise de mérito pelas demais Comissões Permanentes e, posteriormente, pelo Plenário.

Lavras, na data do protocolo.

**JOÃO DA SAÚDE (PSD)**  
*Relator ad hoc*

**JOÃO PAULO FELIZARDO**  
(Republicanos)  
*Membro*

**MAYRON CARDOSO (PSD)**  
*Presidente*



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF**

---